

Octavio Ianni

A CRISE DE PARADIGMAS NA SOCIOLOGIA

**Departamento de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP**

Setembro de 1990

SUMÁRIO

1. Problemas de Explicação	05
2. Três Épocas do Pensamento Sociológico	15
3. Teoria e Paradigma	31

1. PROBLEMAS DE EXPLICAÇÃO

A crise da sociologia pode ser real ou imaginária, mas não há dúvida de que tem sido proclamada por muitos. Em diversas escolas de pensamento, em diferentes países, uns e outros colocam-se o problema da crise de teorias, modelos ou paradigmas. Desde o término da segunda guerra mundial, e em escala crescente nas décadas posteriores, esse é um problema cada vez mais central nos debates. Além dos êxitos reais ou aparentes, das modas que se sucedem, dos desenvolvimentos efetivos do ensino e pesquisa, da produção de ensaios e monografias, manuais e tratados, subsiste a controvérsia sobre a crise da explicação na sociologia.

Fala-se na decomposição dos modelos clássicos e na obsolescência de noções como as de sociedade, comunidade, capitalismo, divisão do trabalho social, consciência coletiva, classe social, consciência de classe, nação, revolução. Critica-se a abordagem histórica, globalizante ou holística e preconiza-se a sistêmica, estrutural, neo-funcionalista, fenomenológica, etnometodológica, hermenêutica, do individualismo metodológico e outras. Considera-se que os conceitos formulados pelos clássicos já não respondem às novas realidades. Agora, o objeto da sociologia deveria ser o indivíduo, ator social, ação social, movimento social, identidade, diferença, cotidiano, escolha racional.

Em 1946, na aula inaugural pronunciada na *London School of Economics and Political Sciences*, T.H. Marshall se mostrou preocupado com a “encruzilhada” na qual se encontrava a sociologia. As tarefas práticas eram urgentes e os recursos teóricos pareciam inadequados. As interpretações herdadas dos clássicos seriam insuficientes para fazer face às urgências da reconstrução social. Em lugar das teorias globalizantes, caberia formular “pontos de apoio intermediário”, de modo a atender aos desafios imediatos, localizados, setoriais, cotidianos, de normalização e ordenamento dos problemas sociais. “Os sociólogos não deviam despender todas as suas energias na procura de generalizações amplas, leis universais e

uma compreensão total da sociedade humana como tal. Talvez cheguem lá mais tarde se souberem esperar. Nem recomendo o caminho arenoso das profundezas do turbilhão dos fatos, que enchem os olhos e ouvidos até que nada possa ser visto ou ouvido claramente. Mas acredito que haja um meio termo que se localiza em chão firme. Conduz a uma região cujas características não são nem gargantuanas nem liliputianas, onde a sociologia pode escolher unidades de estudo de um escopo manejável, não a sociedade, progresso, moral e civilização, mas estruturas sociais específicas nas quais as funções e processos básicos têm significados determinados”(1).

Seja em termos de “pontos de apoio intermediário” conforme Marshall, de “*principia media*” segundo Mannheim, ou “teorias de alcance médio” na versão de Merton, o que está em curso é o debate sobre a insuficiência ou obsolescência das teorias clássicas(2). Debate no qual aos poucos se propõem outros temas e metodologias. A problemática sociológica é posta em causa por representantes de diferentes escolas de pensamento, em diversos países.

Essa controvérsia prossegue e generaliza-se. Torna-se uma onda. Em 1975, Bourricaud critica o “sociologismo”, o “hiperfuncionalismo” e o “realismo totalitário”. Afirma, entre outras observações semelhantes, que “o realismo totalitário continua a constituir o modo de interpretação ao qual, expontânea e implicitamente, recorre a maioria dos sociólogos radicais”(3). Para superar essas limitações, preconiza a recriação do “individualismo atomístico”

1) T. H. Marshall, *Cidadania, classe social e status*, tradução de Meton Porto Gadelha, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967, p. 32.

2) Robert K. Merton, *Social theory and social structure* (Toward the codification on theory and research), The Free Press of Glencoe, Illinois, 2ª edição, 1951, cuja primeira edição data de 1949; Robert K. Merton, *On theoretical sociology*, The Free Press, New York, 1967. cap. II: “On sociological theories of the Middle Range”; Karl Mannheim, *Man and society in an age of reconstruction*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1949, esp. caps. V e VI da Quarta Parte; T. H. Marshall, *Cidadania, classe social e status*, citado cap. I, “A sociologia na encruzilhada”.

3) François Bourricaud, “Contre le sociologisme: une critique et des propositions”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XVI, Supplément, Paris, 1975, pp. 583-603, citação da p. 584.

herdado do liberalismo e do marginalismo, conforme as contribuições de Mancur Olson, Albert Hirschman e outros. Propõe o conceito de “neo-individualismo”, no qual se admite a existência de “grupos”, “classes” e “sociedades”, entre aspas. Está a caminho das teorias do “individualismo metodológico” e “escolha racional”, vistas como aspectos básicos de um novo paradigma sociológico, posto sobre os escombros dos clássicos.

Em 1984 Touraine dá continuidade à crítica dos “modelos clássicos”. Alega que se acham em “decomposição”, já que se baseiam em conceitos insatisfatórios, tais como “funcionalismo”, “modernização”, “sociedade” e outros. “Na realidade, o que esta sociologia denomina sociedade não é senão a confusão de uma atividade social, definível em termos gerais – como a produção industrial ou o mercado – e de um Estado nacional. A unidade da sociedade é aquela que lhe dá e impõe um poder legítimo. Suas fronteiras não são teóricas, mas reais: as dos postos da aduana. A sociedade é o pseudônimo da pátria”(4). Os conceitos elaborados pelos clássicos parecem não deixar espaço para os indivíduos, os atores sociais. “Um dos aspectos mais importantes da sociologia clássica é que, ao criar grandes conjuntos históricos portadores de sentidos em si mesmos, reduzem a análise da ação social à pesquisa da posição do ator no sistema”(5). Cabe eleger como objeto da sociologia a ação social, o ator social, o movimento social. E abandonar o sistema, os grandes conjuntos, os conceitos abrangentes, a visão macro da sociedade. Mesmo porque essas noções corresponderiam a uma realidade social passada, superada, que já não mais se constitui como objeto da sociologia. “A sociologia da ação recusa esta explicação do ator pelo sistema. Ao contrário, vê em toda situação o resultado das relações entre atores, definidos tanto por suas orientações culturais como por seus conflitos sociais”(6). Nesses termos é que Touraine desenvolve a idéia de que a “decomposição” do pensamento sociológico herdado do passado parece

4) Alain Touraine, *Le Retour de L'Acteur* (Essai de Sociologie), Fayard, Paris, 1984, p. 22.

5) Alain Touraine, *Le Retour de L'Acteur*, citado, p. 35.

6) Alain Touraine, *op. cit.*, pp. 35-36.

irreversível. Trata-se da “crise de um modelo clássico de representação da vida social”, acompanhada da “formação de um novo modelo”, a partir do qual pode desenvolver-se uma orientação sociológica mais específica e mais coerente”(7).

Entre os críticos que estão propondo novos modelos, teorias ou paradigmas, é frequente a insistência na idéia de que o objeto da sociologia mudou. Os clássicos estariam apoiados em noções que, se foram cabíveis no passado, já não atendem às peculiaridades do século XX. Ao criticar as noções de capitalismo e industrialismo, que seriam importantes nas sociologias de Marx e Weber, Giddins sublinha a “informação”, o “poder administrativo”, o “poder militar”, a “guerra”, a “racionalização” e outras, como aspectos básicos da “modernidade” do século XX. Portanto, não se trata mais, como se fazia anteriormente, de continuar a explicar a realidade social em termos de industrialismo e capitalismo. “A dissolução do mundo tradicional, sob o impacto da modernidade, não é o resultado do capitalismo, do industrialismo, ou mesmo da concentração dos instrumentos administrativos pelos Estados modernos. É o resultado de tudo isso, em combinação com os meios modernos de uso da força militar e de fazer a guerra”(8). A modernidade é muito mais complexa e fundamental do que sugerem as noções de capitalismo e industrialismo. Cabe acrescentar outros “parâmetros de modernidade”, dentre os quais se destaca a parafernália da informática, “um dos mais característicos traços da época moderna. Os Estados modernos, e o sistema mundial moderno como um todo, envolvem uma tremenda aceleração na produção e organização de informação. Embora seja habitualmente suposto que apenas agora, no final do século XX, estamos entrando na era da informação, as sociedades modernas têm sido sociedades de informação desde os seus inícios”(9). Em síntese, trata-se de superar a “teoria da

7) Alain Touraine, “Les Transformations de l’analyse sociologique”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, volume LXXVIII, Paris, 1985, pp. 15-25, citação da p. 16.

8) Anthony Giddins, *Social Theory and Modern Sociology*, Politic Press, Cambridge, 1988, p. 28.

9) Anthony Giddins, *op. cit.*, p. 27.

sociedade industrial”, um resíduo do século XIX, um “mito” ultrapassado. E “reconciliar uma epistemologia da ciência social, revista, com novos esquemas para a análise do desenvolvimento das sociedades avançadas”(10).

Uma parte importante dessa história está sintetizada em livros e artigos de T. H. Marshall, Merton, Mannheim, Florestan Fernandes, Gurvitch, Sorokin, Cuvillier, C. W. Mills, Barrington Moore Jr., Gouldner, Giddins, Collins, Bourricaud, Bourdieu, Touraine, Piaget, Lukacs, Goldmann, Horkheimer, Adorno, Habermas, Gadamer, Ricoeur, Morin, Elster e outros. Uns se colocam radicalmente em favor de novos paradigmas. Outros propõem renovações ou desenvolvimentos dos clássicos, incorporando-se aí contribuições contemporâneas. E há os que reconhecem que a criação de novos paradigmas não implica necessariamente na desqualificação dos outros. Mesmo porque, na história do pensamento sociológico, ao lado das oposições e rupturas, registram-se também convergências e continuidades. No conjunto, discutem-se problemas relacionados tanto ao método como ao objeto da sociologia. Discutem-se prioridades, ou acomodações, quanto à indução quantitativa e qualitativa, à análise sincrônica e diacrônica, ao contraponto das partes e o todo, à dinâmica e à estabilidade sociais, ao indivíduo e sociedade, ao objetivo e subjetivo. Aos poucos, formulam-se novas teorias sociológicas, tais como estruturalismo(s), neo-funcionalismo, estrutural-funcionalismo, fenomenologia, etnometodologia, hermenêutica, sociologia da ação ou acionalismo, individualismo metodológico e outras. Formulam-se outros temas e outros métodos de explicação ou compreensão, ao mesmo tempo que se inauguram outras linguagens.

Há algo de imaginário no debate sobre a crise da sociologia. Se é verdade que há impasses reais no presente, também é verdade que as controvérsias sobre o seu objeto e método são mais ou menos permanentes. Dizem respeito às exigências da produção intelectual. Com a singularidade de que a sociologia é uma ciência que

10) Anthony Giddins, “Classical Social Theory and the Origins of Modern Sociology”, *American Journal of Sociology*, vol. 81, nº 4, 1976, pp. 703-729, citação da p. 703.

sempre se pensa, ao mesmo tempo que se realiza, desenvolve, enfrenta impasses, reorienta. Talvez mais do que outras ciências sociais, ela se pensa de modo contínuo, criticamente. Há uma espécie de sociologia da sociologia em toda produção sociológica de maior envergadura.

Entretanto, algumas vezes colocam-se problemas reais. Gurvitch perguntou certa vez se a sociologia fez outra coisa se não passar por crises. E disse que algumas delas colocaram questões básicas. "Crises das relações entre filosofia da história e sociologia, crise da procura do "fator predominante", crise do evolucionismo, do racionalismo social, crise do psicologismo à Freud e, mais recentemente, à Moreno, crise da relação entre a teoria sociológica e a investigação empírica em sociologia, avisando-se, segundo as características espirituais de Sorokin, em *testomania* e *quantofrenia*... Importa sobretudo aqui insistir no fato de todas as crises em sociologia, independentemente da sua correspondência com as crises sociais, às quais serviam de réplicas, sempre terem estado ligadas ao problema da explicação. Ou que se tenha pretendido *explicar demasiado*, ou que se tenha dado *explicações falsas*; reduziu-se em demasia a *explicação* a favor de uma simples constatação, ou, enfim - como nas investigações empíricas de hoje, sobretudo nos Estados Unidos e entre os imitadores franceses dos americanos - tenha *renunciado quase por completo à explicação*, transformando, no melhor dos casos, a sociologia em sociografia"(11).

Aliás, conforme lembra Merton, cada geração de sociólogos tende "a identificar a *sua* época como um momento decisivo no desenvolvimento da disciplina, para melhor ou para pior"(12). Em certos, casos, no entanto, a crise pode ser real, relativa a problemas de explicação, impasses teóricos. Inspirado nas reflexões de Kuhn,

11) Georges Gurvitch, *A Vocaçào Atual da Sociologia*, 2 vols., tradução de Orlando Daniel, Edições Cosmos, Lisboa, 1986, volume II, pp. 525-526. Este é o livro mencionado: Pitirim A. Sorokin, *Fads and Foibles in Modern Sociology and Related Sciences*, Henry Regnery Company, Chicago, 1956, esp. caps. 4 e 7.

12) Robert K. Merton, *A Ambivalência Sociológica e Outros Ensaio*s tradução de Maria José Silveira, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979, p. 149.

sobre “ciência normal” e “revoluções científicas”, Merton chama a atenção dos sociólogos para problemas de cunho epistemológicos. “Os aspectos da sociologia que supostamente fornecem os sinais e sintomas da crise são de natureza familiar - uma mudança e choque da doutrina acompanhados de uma tensão aprofundada, e algumas vezes conflito exaltado, entre os praticantes do ofício. O choque implica a forte reivindicação de que os paradigmas existentes são incapazes de resolver os problemas que deveriam, em princípio, ser capazes de resolver”(13).

A controvérsia sobre os clássicos e os contemporâneos, em certos casos, envolve a tese de que a sociologia é uma ciência pouco amadurecida. A importância dos textos clássicos e a frequente volta a eles seriam indícios de imaturidade, ciência em formação, ainda não constituída, pré-paradigmática. Dada essa imaturidade e, portanto, à reduzida incorporação daqueles textos ao *corpus* teórico da sociologia, os sociólogos contemporâneos são obrigados a voltar continuamente a eles. Por isso, diz Merton, a sociologia reluta em abandoná-los. Todo sociólogo precisa demonstrar um conhecimento de primeira mão daqueles que deixaram a sua marca na sociologia. “Embora o físico, enquanto físico, não precisa apoiar-se no *Principia* de Newton, ou o biólogo, enquanto tal, a ler e reler *A Origem das Espécies* de Darwin, o, sociólogo, enquanto sociólogo antes do que historiador da sociologia, tem ampla razão para estudar as obras de Weber, Durkheim e Simmel e, pelo mesmo motivo, a voltar ocasionalmente às obras de Hobbes, Rousseau, Condorcet ou Saint-Simon... Os dados mostram que a física e a biologia têm em geral sido mais bem sucedidas do que as ciências sociais em recuperar o conhecimento acumulado e relevante do passado e incorporá-los nas formulações subsequentes. Este processo de enriquecimento pela absorção é ainda raro na sociologia. Como resultado, informações

13) Robert K. Merton, *A Ambivalência Sociológica e Outros Ensaios*, citado, p. 149. Note-se que algumas reflexões de Merton sobre paradigmas na sociologia estão inspiradas em Thomas S. Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, Editora Perspectiva, São Paulo, 1975. A primeira edição deste livro em inglês data de 1962.

que não foram previamente recuperadas estão ainda lá, para serem empregadas de forma adequada, como novos pontos de partida”(14).

O argumento parece forte, mas sustenta-se pouco.

Primeiro, está baseado na idéia de que a sociologia deveria pautar-se pelo modelo “paradigmático” das ciências naturais. Um argumento de origem positivista, renovando com o néo-positivismo. Supõe que a lógica do conhecimento científico é única. E que dada ciência social se constitui e amadurece na medida em que atinge os níveis alcançados pelas mais desenvolvidas, no caso as naturais, ou a física, a biologia. Essa é apenas uma posição, no âmbito das reflexões sobre epistemologia. Há outras e bastante elaboradas. As conquistas científicas realizadas por Weber e Simmel, Marx e Lukacs e Gramsci, Horkheimer, Adorno e Marcuse, Habermas e Gadamer, além de outros, abrem diferentes horizontes para a epistemologia das ciências sociais, e não apenas para a sociologia. As diferenças entre ciência natural e ciência social são essenciais e irreversíveis. Salvo o positivismo que informa algumas tendências do funcionalismo, estrutural-funcionalismo e estruturalismo, a dialética hegeliana e marxista, bem como as diversas orientações da fenomenologia, estabelecem nítidas diferenças entre ciência da natureza e ciência social. Em termos epistemológicos, a sociologia, e as outras ciências sociais, não podem prescindir da compreensão, da explicação compreensiva. As possibilidades da pesquisa, experimentação, descrição e explicação, abertas pela ciência da natureza, pouco servem para o estudo da realidade social. O conceito, categoria, lei de causa e efeito, lei de tendência, condição de possibilidade ou previsão, somente se constituem na medida em que se apanham, codificam, taquígrafam, as singularidades e universalidades envolvidas nas configurações e nos movimentos da realidade social.

Segundo, há o aspecto propriamente ontológico da questão. O objeto da sociologia, bem como das outras ciências sociais, envolve o indivíduo e a coletividade, as relações de coexistência e sequência, diversidades e antagonismos. Diz respeito a seres dotados de

14) Robert K. Merton, *On Theoretical Sociology*, citado, pp. 34-35.

vontade, querer, devir, ideais, ilusões, consciência, inconsciente, racionalidade, irracionalidade. Os fatos e acontecimentos sociais são sempre materiais e espirituais, envolvendo relações, processos e estruturas de dominação, ou poder, e apropriação, ou distribuição. Implicam em indivíduos, famílias, grupos, classes, movimentos, instituições, padrões de comportamento, valores, fantasias. Esse é o mundo da liberdade e igualdade, trabalho e alienação, sofrimento e resignação, ideologia e utopia.

Terceiro, a sociedade burguesa, industrial, capitalista, moderna ou informática, modifica-se ao longo do tempo. Mas guarda algumas características essenciais. É diferente e mesma. No começo, falava-se no “individualismo possessivo”, descoberto pela economia clássica e os primeiros pensadores sociais interessados em explicar a emergência e o tecido da sociedade civil. Em fins do século XX, fala-se no “individualismo metodológico”, acompanhado da “escolha racional”, duas descobertas das ciências sociais nos tempos da modernidade, compreendendo o marginalismo hedonista, o neo-liberalismo e o marxismo analítico. O dilema indivíduo e sociedade continua a ser essencial, se queremos entender a trama das relações sociais, os espaços da liberdade, as condições da opressão. O mundo formado com a sociedade moderna, industrial, capitalista, não é o mesmo no século XIX e no XX. Modificou-se substancialmente, está informatizado. Os meios de comunicação, em sentido amplo, revolucionaram as condições de produção, distribuição, troca e consumo, em termos materiais e espirituais. As burocracias públicas e privadas ampliaram muito o seu raio de ação, influência, indução. Tudo mudou. Mas muita coisa subsiste, ainda que recriada, necessariamente recriada. Em essência, a sociedade moderna, burguesa, informática, baseia-se em alguns princípios que se reiteram no largo da história. Nem a ciência nem a técnica, ou informática, alteraram a natureza essencial das relações, processos e estruturas de apropriação, ou distribuição, e dominação, ou poder. No limiar do século XXI, guardam-se aspectos essenciais do XIX: liberdade e igualdade, trabalho e alienação, sofrimento e resignação, ideologia e utopia. “A ausência de espírito, característica da modernidade racionalizada, não é apenas refletida nas páginas finais de *A ética protestante* de Weber; é criada por ele. Para entender a modernidade racionalizada, não se pode apenas observá-la:

precisa-se voltar ao trabalho pioneiro de Weber, a fim de apreciá-lo e experienciá-lo outra vez. Semelhantemente, o que é opressivo e sufocante na modernidade não será nunca suficientemente formulado como em *O homem unidimensional* de Marcuse”(15). Ocorre que alguns clássicos revelam de forma particularmente exemplar, privilegiada, visionária, não só o que viram, mas também o que vemos. Em seu tempo, Weber dizia que “o mundo em que espiritualmente existimos é um mundo assinalado, em grande parte, pelas marcas de Marx e Nietzsche”(16). Ocorre que o mundo que Weber conheceu ainda tinha muito daquele que Marx e Nietzsche haviam conhecido. Da mesma maneira que a modernidade racionalizada, revelada por Weber, tem muito da modernidade opressiva e sufocante revelada por Marcuse.

15) Jeffrey C. Alexander, “The Centrality of the Classics”, em Anthony Giddens e Jonathan Turner (Editors), *Social Theory Today*, Polity Press, Cambridge, 1987, pp. 11-57, citação da p. 31. Consultar também: Jeffrey C. Alexander, “O Novo Movimento Teórico”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 4, Anpocs, São Paulo, 1987, pp. 5-28.

16) Weber, citado por Stanislaw Josyr-Kowalski, “Weber y Marx”, publicado por José Szabón (Seleção), *Presencia de Max Weber*, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1971, pp. 243-265, citação da p. 264.

2. TRÊS ÉPOCAS DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

Na história da sociologia, vista na perspectiva aberta pelo debate sobre as suas tendências teóricas, podemos distinguir principalmente três épocas do especial interesse. Uma situa-se em meados do século XIX, com os fundadores; outra coloca-se na passagem do século XIX para o XX, com novos autores fundamentais; e a seguinte está lançada nos tempos contemporâneos, quando se propõem outras teorias. É claro que não esgotam toda riqueza da história da sociologia, mas localizam momentos importantes. São épocas razoavelmente nítidas, se pensarmos em termos de teorias, modelos, paradigmas, ciência normal, revoluções científicas, caráter acumulativo do conhecimento científico, rupturas epistemológicas, epistemologias globais ou integrais, epistemologias regionais, epistemologias. Em cada uma, os sociólogos parecem lidar com o objeto e o método de maneira similar. Há ressonâncias e homologias em seus escritos. Alguns característicos semelhantes permitem situá-los na mesma configuração intelectual.

É claro que os sociólogos de uma mesma época são, às vezes, diferentes entre si. Distinguem-se bastante os temas que focalizam e as explicações que apresentam. Há divergências inconciliáveis, por suas implicações práticas e teóricas. Simultaneamente, no entanto, há convergências significativas, colocando-os em dada configuração intelectual e histórica. Estão respondendo aos mesmos desafios, ainda que desde perspectivas sociais e intelectuais distintas. Por isso, ao lado das controvérsias e oposições, correm também convergências e contrapontos. Aí, tende a desenvolver-se um diálogo a diversas vozes, mesmo quando os interlocutores se desconhecem, negam. E quando há monólogo, este se revela um monólogo múltiplo. Assim, cada época pode revelar-se uma polifonia.

Uma época fundamental da história da teoria sociológica compreende Tocqueville, Comte, Spencer, Marx e inclusive Durkheim, além das contribuições de Saint-Simon, Proudhon, Espinas, Tarde, Lorenz von Stein e outros. É verdade que cronologicamente

Durkheim é posterior. Mas a sua sociologia pertence ao clima intelectual, científico e filosófico da época dos fundadores. Representa um coroamento do pensamento de Comte e Spencer, passando por Espinas e Tarde. São autores que fundam a sociologia, delimitando o seu objeto e formulando o seu método. A sociedade passa a ser pensada cientificamente, sem as injunções da tradição, religião ou outras formas não científicas de pensar o social. Esses autores pensam a sociedade como um todo, em seu processo de formação e transformação. Estão empenhados em responder aos desafios práticos e teóricos que as sociedades européias, modernas, civilizadas, industriais, capitalistas ou burguesas estão enfrentando. A despeito das diferenças notáveis de abordagens, por seus temas e explicações, empenham-se em pesquisar e explicar a formação e a transformação da sociedade, a questão social, a produção da riqueza e miséria no âmbito da mesma fábrica da sociedade, o curso da revolução e contra-revolução, os encontros e desencontros entre a sociedade civil e o Estado.

Antes de registrar as contribuições teóricas principais dos clássicos, cabe mencionar os temas sobre os quais trabalham. Ajudam a delinear a fisionomia da época. Mostram que dilemas desafiam a sociedade. E sugerem algo de interesse a propósito dos desenvolvimentos posteriores do pensamento sociológico.

Estes são os principais temas inaugurados pelos fundadores da sociologia: ordem e progresso, evolução e diferenciação, normal e patológico, racional e irracional, racionalização e burocratização, sagrado e profano, desencantamento do mundo, povo e cidadania, classe e luta de classes, movimento social e partido político, a questão social, a questão nacional, alienação e fetichismo, reforma e revolução, revolução e contra-revolução, comunidade e sociedade, ciência, ideologia e utopia. Aí está um aspecto básico do debate. Está em causa a problemática ontológica da sociologia clássica. E essa problemática merece ser examinada, questionada, criticada. Não há dúvida de que alguns desses temas envelheceram, perderam interesse, tornaram-se incômodos; outros foram reformulados. Mas também é evidente que alguns continuam atuais, novos, novíssimos. Vários dizem respeito à sociedade nacional em formação e transformação. Mas também é claro que as sociedades nacionais continuam em formação e transformação. Modificaram-se condições,

possibilidades, horizontes. Mas continuam a recolocar-se problemas básicos. Em todos os lugares subsistem, recriadas, transfiguradas, realidades que repõem aspectos importantes daquela problemática.

O desencantamento do mundo avançou muito. Mas ninguém pode pensar o século XX, o limiar do século XXI, sem as noções de sagrado e profano, racional e irracional, alienação e fetichismo. A revolução burguesa já se completou faz tempo na Europa. E mesmo em outros continentes terminou, tardia, precária. Mas as noções não estão prontas, acabadas; nem são definitivas, parecem históricas. Mesmo nações européias continuam atravessadas por diferentes aspectos da questão social e da questão nacional. No bojo do processo de formação dos Estados Unidos da Europa, ressurgem os movimentos sociais de nacionalidades, questionando estruturas estatais consolidadas e propondo a multiplicação de sociedades nacionais. Para manter a unidade nacional, países como a Inglaterra, França, Espanha e outros precisam retomar objetivos da revolução burguesa, ou reiniciar a contra-revolução burguesa. A Irlanda, a Córsega, os Países Bascos, a Catalunha são amostras de uma realidade presente e pretérita. Continua e recoloca-se o dilema classe e nação, passando pelo contraponto nação e nacionalidades, classes sociais e nacionalidades. Há novas nacionalidades no interior das sociedades nacionais, oriundas de sociedades coloniais, dependentes, associadas, interdependentes. Uma das dimensões da crise do Estado-Nação tem muito a ver com os novos surtos de internacionalização das classes sociais. São problemas que mereceram a atenção dos clássicos e merecem, naturalmente em outros termos, a atenção dos contemporâneos.

As teorias clássicas envolvem conceitos, categorias, leis, generalizações e previsões que podem servir de base para o desenvolvimento do espírito crítico e da imaginação criadora. As noções de relação social, processo e estrutura, compreendendo a apropriação, ou distribuição do produto da atividade social, e a dominação, ou o poder, essas noções articulam muitos fatos, organizam muitas situações, codificam aspectos importantes da realidade social. Pode-se considerar o processo de divisão do trabalho social muito conhecido e evidente, ou demasiado amplo e abrangente. Mas é impossível explicar o tecido, a organização, o funcionamento, a mudança ou a transformação da sociedade, em nível micro e macro, sem lidar com

as manifestações sociais, econômicas, políticas e culturais desse processo. Desde a família ao Estado, da igreja ao quartel, da fábrica à sociedade, em todos os níveis, os grupos e as instituições, as relações e estruturas, estão atravessados por movimentos produzidos no âmbito da divisão do trabalho social.

Mas a problemática dos clássicos não se dissolve na dispersão dos temas, no desencontro dos traços, assinalando a complexidade do real. A multiplicidade de temas e traços articulam-se em correntes bem demarcadas: evolucionismo e funcionalismo, de inspiração positivista, e marxismo, de inspiração dialética. Essas são correntes em que se localizam as contribuições principais dos clássicos. O evolucionismo e o funcionalismo, cada um a seu modo, envolvem o princípio de causalidade funcional. Ao passo que o marxismo envolve o princípio da contradição.

O evolucionismo, funcionalismo e marxismo polarizam nitidamente as contribuições mais importantes dos clássicos e seus melhores continuadores. Sintetizam paradigmas da sociologia, a partir da sua formação. Envolvem linguagens, perspectivas e contribuições. É evidente que os temas clássicos relacionam-se de maneira às vezes direta com este ou aquele paradigma. Simbolizam as três principais escolas de pensamento iniciadas com a sociologia. Inauguram estilos de pensamento. Implicam em ontologias e epistemologias diferentes. Em cada caso, a relação sujeito-objeto do conhecimento é muito peculiar. No funcionalismo, o sujeito e o objeto do conhecimento colocam-se em relação de exterioridade. Na dialética está posto o comprometimento, a reciprocidade, a constituição recíproca. Quando nos colocamos alguns momentos lógicos básicos da reflexão científica, tais como parte e todo, singular e universal, passado e presente, teoria e prática, logo se evidenciam as nítidas diferenças que distinguem os três.

É claro que o ambiente científico e filosófico do século XIX compreendia também outras propostas. As contribuições do romantismo implicavam na crítica do racionalismo, iluminismo, historicismo, positivismo e marxismo. As controvérsias iniciadas ou desenvolvidas por Kierkegaard, Schopenhauer e Nietzsche abriam outros problemas para a razão científica e filosófica.

Também a realidade social estava em movimento. Novos aspectos da sociedade moderna revelavam-se aqui e lá, de maneira

imperceptível ou surpreendente. O pensamento científico e filosófico estava sendo obrigado a prestar atenção em novos dilemas, ou dilemas que não haviam atraído a atenção dos fundadores da sociologia. As produções artísticas revelavam modulações, cores, traços, formas e sonoridades que nunca se haviam imaginado antes.

Um resultado dessa evolução filosófica, científica, artística e social, foi a proposta de recriar a sociologia, simultaneamente à recriação das outras ciências sociais. Puseram-se em causa as contribuições dos fundadores e passaram-se a formular novas teorias.

A história do pensamento sociológico revela que a sociologia viveu uma crise particularmente importante na passagem do século XIX para o XX. Nessa época colocaram-se em debate problemas epistemológicos e ontológicos fundamentais. Talvez se possa mesmo dizer que na passagem do século a sociologia viveu a sua crise mais fecunda. As outras, posteriores e recentes, em boa parte, são herdeiras. Aquela que foi uma época de efervescência intelectual, abrangendo a filosofia, as ciências e as artes. Houve uma preocupação generalizada em buscar alternativas para o evolucionismo, o positivismo, o empirismo, o historicismo e o marxismo. As explicações globalizantes estavam sendo postas em causa. Havia um empenho novo com a cultura, o espírito, a vida, a existência, o indivíduo, o inconsciente, o irracional, o elan vital, a afetividade, além de outras dimensões da realidade que o pensamento clássico parecia não contemplar.

Foi então que Dilthey, Rickert, Simmel, Weber, Tonnies, Pareto, Alfred Marshall, Cooley, Mead, Bergson, William James, Pierce, Freud, Husserl, Saussure e outros produziram as suas contribuições. Em lugar da teoria do valor, o marginalismo; em substituição à sociedade, a sociabilidade, a socialidade, a ação social; em vez das forças sociais e da produção social do indivíduo, o elan vital, o hedonismo, a libido; em troca da história e das estruturas sociais globais, a personalidade-status, o eu e o outro; em lugar da explicação em termos da evolução, causação funcional ou contradição, a hermenêutica, compreensão ou conexão do sentido.

Essa foi, provavelmente, a revolução mais importante na história da sociologia, depois de sua fundação em meados do século XIX. Combina o objeto e o método, problemas ontológicos e epistemológicos. A crise de que falam T. H. Marshall, Merton, Giddins,

Touraine, Elster e outros, nas décadas contemporâneas, talvez não tenha a significação da ruptura ocorrida na passagem do século. Aliás, a atual é herdeira daquela, ainda que nem sempre isso seja lembrado. As inquietações filosóficas, científicas e artísticas do presente têm muito em comum com as inauguradas com o vitalismo, a fenomenologia, o marginalismo, o hedonismo, o imaginário, o espírito, a cultura, a semiologia, o inconsciente e outras propostas inauguradas na passagem do século. Há uma raiz importante do estruturalismo de Lévi-Strauss em *Algumas formas primitivas de classificação* de Durkheim e Mauss, publicado pela primeira vez em 1903. *A interpretação dos sonhos* de Freud é de 1900 e o *Curso de linguística geral* de Saussure é de 1916 e ambos são também livros fundamentais na formação do estruturalismo de Lévi-Strauss. Sob vários aspectos, a passagem do século pode ter sido mais espetacular.

O pensamento filosófico, científico e artístico buscava outros horizontes. Havia a preocupação de explicar e compreender novas realidades sociais, humanas, culturais, espirituais, objetivas, racionais, irracionais. As heranças do racionalismo, iluminismo, empirismo, historicismo, marxismo, pareciam insatisfatórias. E as reflexões de Kierkegaard e Nietzsche estavam impressionando bastante, uns e outros.

Além disso, a Europa dava a impressão de que havia entrado em uma fase de realizações e colheitas. A Alemanha estava unificada e em expansão. A Itália havia realizado a sua integração, com o *Risorgimento*. As revoluções burguesas, em âmbito nacional e europeu, estavam alcançando algumas conquistas fundamentais, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais. Na passagem do século, Viena, Paris, Berlim pareciam uma festa. O mundo acabava de ser dividido em esferas de influência das principais nações, dentre as quais destacavam-se a Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Rússia, Japão e Estados Unidos. Muitos tiveram a impressão de que a sociedade estava entrando em uma era de estabilidade, ordem, progresso, bem-estar. A história parecia ter encontrado um coroamento. As conquistas da revolução burguesa européia e a repartição do mundo entre as nações dominantes, pareciam permitir que o pensamento abandonasse algumas preocupações originais e se debruçasse sobre a realidade social presente, imediata

quotidiana, singular, episódica, fugaz, impressionista, expressionista, futurista.

Nesse contexto é que se elabora a sociologia de Simmel, como uma forma simultaneamente científica e artística. Da mesma maneira que a fenomenologia de Husserl e a sociologia de Weber ressoam invenções expressionistas. Nesse sentido é que a duração de Bergson e o fluxo da memória de William James relembram não só a ficção de Proust, mas também as nuances da pintura impressionista, as modulações da música de Debussy e Ravel.

Sob várias aspectos, em fins do século XIX e começos do XX, há uma espécie de revolução cultural da maior importância, no seio da qual se inserem algumas inovações fundamentais para a sociologia e o conjunto das ciências sociais.

Vista assim, em perspectiva histórica ampla e à luz do que ocorreu na passagem do século, a crise contemporânea da sociologia adquire outras proporções, pode situar-se melhor. Sem prejuízo do que ela tem de novo, original, criativo, não há dúvida de que é herdeira daquela. Uma parte do que são as propostas de sociólogos contemporâneos estava esboçada, ou implícita, nos debates e nas produções de Simmel, Weber, Pareto, Cooley e outros. Alguns dos problemas ontológicos e epistemológicos fundamentais de controvérsia contemporânea haviam sido postos anteriormente. Às vezes, de modo ainda pouco elaborado; outras, de maneira bastante clara, desenvolvida, original. Em vários casos, com muita força e beleza. São poucos os sociólogos contemporâneos, que se consideram fundadores de novas correntes, que alcançaram a envergadura científica, filosófica e artística daqueles.

A sociologia da passagem do século, portanto, compreende principalmente Simmel, Weber, Tonnies, Mauss, Pareto, Mead e Cooley. Recriam a sociologia, lançando-a em outros horizontes, quanto ao objeto e método. Desvendam novos temas e iniciam diversas perspectivas teóricas. Inauguram principalmente dois paradigmas, se tomamos em conta suas implicações epistemológicas e ontológicas. Estão mais atentos às situações sociais emergentes, não racionais, inconscientes. E menos interessados nas dimensões gerais, abrangentes, globais, totalizantes, históricas da sociedade. Debruçam-se sobre o indivíduo, o grupo primário, a construção social do eu, a vida, existência, memória, duração, elan vital,

libido, hedonismo, ação social, sentido, espírito, cultura. Estão abandonando as heranças do evolucionismo, positivismo, empirismo, historicismo e marxismo. Realizam um trabalho intelectual que implica em outra razão, diferente da clássica. Estão efetivando rupturas epistemológicas, inaugurando epistemologias regionais. Ainda que revelem compromissos ocasionais com o iluminismo e o racionalismo, se pensarmos em Bacon e Descartes, em Kant e Hegel, caminham na direção de uma espécie de neo-romantismo.

Alguns desses autores, apoiados em sugestões de Rickert e Dilthey, estão inseridos no debate sobre as ciências generalizadoras, ou nomotéticas, e as particularizadoras, ou ideográficas. Distinguem as ciências da natureza das ciências da cultura, ou do espírito. Afirmam a nítida distinção entre umas e outras, sugerindo que a ciência natural “explica”, ao passo que a social “compreende”. Daí o debate sobre explicação, compreensão, explicação compreensiva, etc. Estão em causa duas preocupações importantes. Uma, apanhar a singularidade da vida social, tomada principalmente no nível do indivíduo. Outra, contemplar o específico da sociabilidade, vivência e existência do indivíduo, enquanto expressão espiritual, cultural, imaginária, consciente, inconsciente, etc. Esse o contexto em que se formulam dois paradigmas de especial importância: o compreensivo, ou típico-ideal, que apanha as conexões de sentido, identificado com a sociologia de Weber; e o fenomenológico, baseado na redução fenomenológica, que desvenda as essências singulares do ser social, identificado com a filosofia de Husserl.

Na forma em que são codificadas, as teorias compreensiva, ou típico-ideal, e fenomenológica, constituem-se em dois paradigmas fundamentais da sociologia, propostos na transição do século. Inspirados nas sugestões das ciências da cultura e do espírito propostas por Rickert e Dilthey, da fenomenologia de Husserl, do vitalismo de Bergson e da teoria do inconsciente de Freud, os sociólogos dessa época começam a resgatar dimensões da realidade social que não teriam sido contemplados pelas teorias inauguradas pelos fundadores. Realizam um deslocamento básico, de cunho epistemológico e ontológico. Substituem a sociedade pela sociabilidade, o processo social abrangente pela ação social, a história pela biografia, a realidade social pela existência individual. O indivíduo, as suas ações sociais e as formas de sociabilidade em que se organiza

o seu comportamento compõem a realidade social que somente pode ser captada pela compreensão, a experiência vicária, a empatia, a redução fenomenológica, a hermenêutica. Essa não é uma realidade suscetível de explicação, em termos de evolução, causa e efeito, causação funcional, contradição ou história. A descrição empírica, a análise positivista, a interpretação abrangente, histórica, pouco podem. Essa é uma realidade viva, vital, existencial, impregnada de múltipla duração, em devir contínuo, orientada com relação a valores, ideais ou interesses, conscientes e inconscientes, racionais e irracionais. Ela é essencialmente significativa, cujos sentidos são incutidos nas ações sociais pelos sujeitos das ações. Daí a importância da compreensão, fundada no princípio da conexão de sentido; e da essência apanhada pela redução fenomenológica.

Note-se que as sociologias situadas nas perspectivas compreensiva e fenomenológica implicam em formas muito especiais de por a relação sujeito e objeto do conhecimento. Um e outro parecem confundir-se. A empatia, a vicariedade, a compreensão, a hermenêutica, a captação das essências, dos sentidos racionais e não racionais, conscientes e inconscientes das ações, sugerem a dependência mútua, a cumplicidade entre o sujeito e o objeto do conhecimento. “O conhecido encontra-se já dentro do horizonte do cognoscente, mas apenas porque o cognoscente está dentro do mundo que o conhecido co-determina”(17).

Os sociólogos contemporâneos colocam-se na esteira de Simmel, Weber, Tonnies, Pareto, Mauss, Mead e Cooley, mais do que dos clássicos. Mais do que reconhecê-los, ou discuti-los pela primeira vez, estão empenhados em dar continuidade ao debate iniciado antes, por aqueles. É verdade que colocam novos problemas de teoria e pesquisa, simultaneamente à crítica dos clássicos. Mas também encontraram um terreno já bastante trabalhado, no qual alguns desafios de cunho epistemológico e ontológico haviam sido postos de modo nítido, agudo, inovador.

Na sociologia contemporânea, destacam-se Parsons, Merton, Lazarsfeld, Goffman, Garfinkel, Dahrendorf, Moreno, Schutz,

17) Gianni Vattimo, *As Aventuras da Diferença*, tradução de José Eduardo Rodil, Edições 70, Lisboa, 1988, p.30.

Lévi-Strauss, Touraine, Bourdieu, Boudon, Giddens e Elster, entre outros. São autores que se propõem recriar a sociologia, libertando-a mais ou menos radicalmente dos clássicos. Ou dialogam de maneira discreta, seletiva, com eles. Em geral, afirmam a crise, decomposição ou degenerescência do sociologismo, mitos, generalizações, historicismos das teorias, modelos ou paradigmas clássicos. Incluem aí principalmente Marx, Durkheim e Weber, com referências ocasionais a Comte, Spencer e Tocqueville. Às vezes, mencionam Parsons, como se fosse uma espécie de sobrevivência espúria, anacrônica, dos modelos clássicos, das grandes teorias. Mas não deixam de buscar contribuições ocasionais, isoladas, fragmentárias, daqueles. São citados de forma parcimoniosa, mas o suficiente para que se reconheça que os reconhecem, conhecem, desconhecem. Pretendem inaugurar novas propostas teóricas, com implicações de cunho ontológico e epistemológico. Daí o empenho em limpar o terreno. “Os sociólogos dos nossos dias são geralmente de opinião de que se torna necessário rever de forma radical a teoria social contemporânea, e esta nossa obra - *Capitalismo e moderna teoria social* - insere-se nessa corrente de pensamento. Essa revisão tem de começar pela análise crítica das obras dos autores que lançaram as bases da sociologia moderna. São três os principais de entre esses autores: Marx, Durkheim e Max Weber”(18).

Estão inspirados nas sugestões de filósofos, historiadores das ciências, cientistas, dentre os quais destacam-se Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, Bachelard, Foucault, Wittgenstein, Popper, Kuhn, Feyerabend e Jakobson, entre outros. Baseiam-se em reflexões compreendidas nos debates sobre paradigmas, ciência normal, revoluções científicas, caráter acumulativo do conhecimento científico, epistemologias globais ou integrais, epistemologias regionais, rupturas epistemológicas, epistemes. Revalorizam o inconsciente, as estruturas invisíveis, as bricolagens, surpreendidas nos discursos escritos e falados, míticos e sonhados.

Desde que Bachelard falou em rupturas epistemológicas e epistemologias regionais, e Kuhn propôs as noções de ciência

18) Anthony Giddens, *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, trad. de Maria do Carmo Cary, Editorial Presença, Lisboa, 1976, p.9.

normal e revolução científica, vários sociólogos empenharam-se na tarefa de criar novos paradigmas. Sentiram-se estimulados a levar adiante suas pesquisas e reflexões, polêmicas e criações. Para isso, naturalmente, tiveram de afirmar e reafirmar a crise das teorias, modelos, paradigmas clássicos, por suas interpretações de âmbito geral, histórico. De forma às vezes um tanto apressada, afirmam que as formulações dos clássicos correspondiam a sociedades nacionais em formação. Tomavam a sociedade como um todo, em seu processo de formação e transformação. Como reação crítica, passaram a priorizar os problemas setoriais, regionais, conjunturais, quotidianos, existenciais, que não teriam sido contemplados por aquelas teorias. Diante dos desafios das sociedades contemporâneas, os clássicos se revelariam inadequados. Por isso alguns se propõem a tarefa de criar novas teorias, outros modelos ou paradigmas. E às vezes perdem de vista horizontes que já estavam abertos, seja pelos fundadores da sociologia, seja pelos que a reformulam na passagem do século. Parecem novos “Colombos”, redescobrimo o conhecido, desconhecido(19).

Há contemporâneos que estão empenhados na construção de teorias de alcance médio, compreendidas em epistemologias regionais. As teorias do passado não atenderiam às exigências do objeto e método da sociologia contemporânea, a verdadeira, propriamente científica. Alegam que o verdadeiro objeto da sociologia compreende o indivíduo, o ator social, a ação social, o quotidiano, a identidade, a diferença, o movimento social, a memória, o discurso, o imaginário, o invisível, o inconsciente. E a interpretação tende a organizar-se em moldes da fenomenologia, existencialismo, estruturalismo, neo-funcionalismo, estrutural-funcionalismo, hermenêutica, interacionismo simbólico, teoria da troca, sociologia da ação social ou acionalismo, individualismo metodológico, etnometodologia e outras propostas. São diferentes teorias, sugerindo distintos paradigmas. Envolveriam noções de objeto e método diversas. Cada uma com implicações ontológicas e epistemológicas muito especiais. Compreenderiam maneiras peculiares de articulação

19) Pitirim A. Sorokin, *Fads and Foibles in Modern Sociology and Related Sciences*, citado, esp. cap. 1, intitulado “Amnesia and New columbuses”.

sujeito-objeto do conhecimento

O que sobressai, no entanto, das contribuições dos contemporâneos, são o funcionalismo, uma espécie de neo-funcionalismo, e, principalmente, o estruturalismo. Aliás são vários os estruturalismos dos quais se fala: estrutural-funcionalismo, estruturalismo althusseriano, linguística estrutural e outros. Talvez se possa dizer, no que se refere à sociologia, que a contribuição mais original dos contemporâneos está sintetizada no estruturalismo codificado por Lévi-Strauss, e retomado por continuadores ortodoxos ou não.

Tomados em conjunto, no entanto, não há dúvidas de que os contemporâneos são herdeiros dos clássicos e dos sociólogos situados na passagem do século. A despeito das suas inovações, quanto ao objeto e método, é possível constatar que, em essência, as suas teorias retomam elementos fundamentais dos paradigmas da primeira e segunda épocas. Em alguma medida, são herdeiros, reconhecidos ou não, de Comte, Spencer, Durkheim, Marx, Simmel, Weber, Pareto, Tonnies, Mead e outros.

Há algo da metodologia de *O suicídio* de Durkheim na metodologia de Lazarsfeld e Boudon. Assim como algo de *As regras do método sociológico* de Durkheim no paradigma funcionalista que Merton codifica no ensaio sobre “Funções manifestas e latentes” publicado em *Teoria social e estrutura social*. Uma parte importante do pensamento de Parsons é uma composição na qual entram a teoria da ação social de Weber, o funcionalismo de Durkheim e o hedonismo do “homo economicus” de Alfred Marshall. Mas Parsons foi e continua a ser criticado, devido ao modo geral pelo qual incorporou contribuições dos clássicos. Ao estudá-los, ganhou novas percepções dos processos e estruturas da vida social e, ao mesmo tempo, minou-os. “Ao reivindicar a ‘descoberta’ dos clássicos, Parsons estava motivado por interesse teórico. Dadas as condições sob as quais isso se deu, sua prática interpretativa foi, também, o suficientemente forte para convencer a comunidade de cientistas sociais de que as formulações dos clássicos prefiguraram as suas”(20).

20) Jeffrey C. Alexander, “The Centrality of the Classic”, em Anthony Giddens e Jonathan Turner (Editors), *Social Theory Today*, citado, p. 46.

O diálogo direto ou oblíquo dos contemporâneos com os clássicos e os sociólogos da passagem do século é um tema fecundo. Giddens e Elster parecem duas versões diferentes da positivização da dialética de Marx, da qual se elimina o princípio da contradição. Schutz rebusca Husserl e Weber, realizando um ensaísmo próximo do talento de Simmel. Lévi-Strauss tem raízes em Durkheim e Mauss, ao lado de Freud e Saussure, ao mesmo tempo que reverencia Marx, lá longe.

Entretanto, nem sempre as produções contemporâneas alcançam os níveis de criatividade dos seus antepassados. Em invenção e beleza, poucas vezes chegam lá. Não há nada, em Parsons, que se compare a Weber, seja enquanto reflexões teóricas, seja no que se refere à análise de temas da realidade social. O mesmo se pode dizer de Lazarsfeld e Boudon, relativamente a Durkheim. Também Giddens e Elster, vistos desde o horizonte de Marx.

Talvez esse seja apenas um problema de gosto, linguagem, época, estética. Há dimensões artísticas nos escritos de sociólogos que entram na composição do texto, descrição ou narração, explicação ou compreensão. E elas influenciam a apreensão do escrito, o prazer da escritura, interpretação, imaginação. Há textos com ressonâncias clássicas, realistas, românticas, naturalistas, impressionistas, expressionistas ou surrealistas, dramáticas ou épicas.

Mas o problema não é apenas estético, é epistemológico e ontológico. A passagem da epistemologia global, ou integral, à regional, não parece suficiente para inaugurar outro paradigma, se tomamos como ponto de referência os princípios explicativos. A linguagem estruturalista poucas vezes escapa do princípio da causalção funcional, da sincronia sistêmica, decantando os elos de um todo solto no tempo e no espaço. As análises fenomenológicas, etnometodológicas e hermenêuticas poucas vezes ultrapassam as condições e as possibilidades abertas pelo princípio da conexão de sentido, codificado por Simmel e Weber. As teorias do individualismo metodológico e da escolha racional, simbolizadas numa espécie de “*homo sociologicus*”, reelaboram as sugestões do hedonismo marginalista e das robinsonadas do liberalismo econômico clássico.

Em síntese, são essas as três épocas principais da história da teoria sociológica. Representam momentos particularmente fecundos, pelo debate sobre as teorias estabelecidas e as propostas de

outras. Aos poucos, no entanto, fica evidente que o marxismo polariza boa parte das controvérsias. Em certa medida, por seus debates internos. Mas, muito mais, devido aos que promove e provoca, nas suas relações com as outras correntes de pensamento.

A controvérsia contemporânea sobre teorias, modelos ou paradigmas da sociologia muitas vezes envolve o debate com o marxismo. A sua presença, na sociologia e no conjunto das ciências sociais, faz com que esteja frequentemente em causa. Tanto assim que se pode afirmar que uma parte importante da polêmica sobre a crise de paradigmas diz respeito direta e explicitamente ao marxismo.

É claro que o marxismo presente na história da sociologia não é sempre o mesmo. Há diferenças às vezes acentuadas entre as contribuições de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Rosa de Luxemburg, Kautsky, Otto Bauer, Korsch, Lukacs, Gramsci e outros. É bastante diverso o diálogo de cada um com a filosofia, a economia política, os problemas da cultura, as contribuições do pensamento filosófico e científico não marxista. As discussões e divergências internas do pensamento marxista são da maior importância, se queremos compreender a sua presença na sociologia.

Em outros termos, naturalmente, as discussões e divergências envolvendo marxismo, positivismo, neo-positivismo, funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia, existencialismo e outras correntes de pensamento também são importantes. Nem sempre sociólogos de orientação marxista estão abertos aos dilemas ontológicos e epistemológicos suscitados por essas correntes. Ao mesmo tempo que alguns autores filiados a elas realizam alguma incorporação de contribuições marxistas.

Um e outras controvérsias compreendem problemas filosóficos e científicos, lógicos e históricos, teóricos e práticos. No conjunto, envolvem problemas que põem e repõem o debate sobre paradigmas.

O debate sobre a teoria sociológica contemporânea ficaria incompleto se não lembrasse as contribuições de Lukacs, Gramsci, Goldmann, Mannheim, Horkheimer, Adorno, Marcuse, C. W. Mills, Barrington Moore Jr., Gouldner, Althusser, Poulantzas, Thompson, Perry Anderson, Mariátegui, Fanon, Florestan Fernandes e outros. São autores situados no âmbito de algumas tendências conhecidas como: marxismo ocidental, teoria crítica da sociedade e estrutu-

ralismo marxista. Seria fácil demonstrar que alguns deles não se situam plenamente em uma dessas tendências. Guardam certo ecletismo teórico, colocando-se aí de modo parcial, lateral. Entretanto, como aproximação, é possível dizer que se colaboram em uma ou mais dessas tendências. Além disso, não se situam nas correntes já mencionadas, relativamente aos sociólogos da transição do século e aos contemporâneos. A despeito do diálogo que mantiveram ou mantêm com uns e outros, colocam-se à parte, no âmbito do que se denomina marxismo ocidental, teoria crítica da sociedade e estruturalismo marxista.

Um traço bastante comum, entre esses autores, diz respeito ao intercâmbio mais ou menos aberto que mantêm com o pensamento clássico. Entendendo-se clássico, aqui, principalmente Marx e Engels, mas com diálogo filosófico polarizado pela obra de Hegel. Podem ser considerados herdeiros dos clássicos da sociologia e do iluminismo da filosofia. Em certos casos, aproveitam um pouco, ou bastante, os ensinamentos de Weber, Simmel, Freud, Husserl e outros. Vale a pena lembrar agora uma frase de Lukacs, na qual ressoam diálogos da maior importância para a compreensão de uma parte importante da sua obra. "Hoje não me desagrada ter aprendido os primeiros elementos das ciências sociais com Simmel e Max Weber, e não com Kautsky. E não sei se hoje não se poderia dizer que para minha evolução essa foi uma circunstância favorável"(21). Pode-se afirmar que Lukacs escapou da positivização da dialética porque manteve um convívio autêntico com o pensamento de Kant, Hegel e Marx. Mas também porque o pensamento de Simmel e Weber o ajudaram a proteger-se dos esquematismos resultantes da positivização da dialética vigentes na época da sua formação. Seu livro fundamental, *História e consciência de classe*, expressa muito bem esse clima intelectual.

A verdade é que esses autores, mais ou menos influenciados pelo marxismo, retomam ou inauguram temas fundamentais do pensamento sociológico: alienação e fetichismo, declínio do indivíduo,

21) Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz, *Conversando com Lukacs*, tradução de Gisele Vianna Konder, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, p. 100.

indústria cultural, intelectual orgânico e tradicional, hegemonia, bloco histórico, classes subalternas, sociologia do conhecimento, modernidade, razão objetiva, clássica ou crítica, razão subjetiva, instrumental ou técnica, ciência, ideologia e utopia. São temas sem os quais não se pode compreender o mundo contemporâneo. Temas contra os quais batalham vários sociólogos da atualidade empenhados em inaugurar outras sociologias.

O marxismo ocidental, a teoria crítica da sociedade e o estruturalismo marxista colaboram ativamente no debate sobre o significado e a contribuição da sociologia. Contribuem para explicitar algumas das singularidades dessa ciência social. Realizam uma espécie de sociologia da sociologia, na qual se destacam alguns pontos de especial interesse. A sociologia pode ser vista como uma forma de auto-consciência científica da realidade social. Apanha essa realidade em seus movimentos, condições e possibilidades. Está numa relação de dependência recíproca com ela, no sentido de que participa da sua constituição. Nesses termos é que a sociologia pode ser vista como uma ciência prático-teórica, ou prático-crítica. Seria difícil pensar a sociologia do século XX sem essas singularidades.

3. TEORIA E PARADIGMA

Há momentos lógicos da reflexão sociológica sem os quais o ensino e a pesquisa contemporâneos dificilmente poderiam desenvolver-se. Estes são alguns desses momentos: aparência e essência, parte e todo, singular e universal, sincrônico e diacrônico, histórico e lógico, passado e presente, sujeito e objeto, teoria e prática. É claro que a reflexão científica pode basear-se maiormente em alguns, deixando outros em segundo plano. Nem sempre a monografia e o ensaio mobilizam todos. Entretanto, necessariamente mobilizam alguns. Dizem respeito à razão científica. Caso contrário, o produto da atividade intelectual corre o risco de ficar no meio do caminho, realizar-se apenas como descrição, folclorização, ideologização. Ou apresentar-se como sucedâneo da ficção, nem sempre com talento artístico.

Um dos requisitos lógicos fundamentais da interpretação na sociologia diz respeito à historicidade do social. O contraponto passado e presente é essencial, se se trata de explicar ou compreender a realidade social. Toda interpretação que perde, minimiza ou empobrece o momento do real, sacrifica uma dimensão básica desse mesmo real. Esta é uma conquista importante do pensamento sociológico e das outras ciências sociais. A realidade social é um objeto em movimento. As suas configurações estáveis, normais, estáticas, sincrônicas, representam momentos, sistemas, estruturas de mudança, dinâmica, modificação, transformação, historicidade, devir.

Precisamente aí está uma das limitações de algumas teorias sociológicas contemporâneas. Não levam em conta essa conquista do pensamento sociológico. Em busca de novas linguagens e da redefinição do objeto da sociologia, sacrificam as tensões diacrônicas do real. Imaginam que as configurações sincrônicas resolvem a diacronia, captando o momento do real, perdendo o movimento do real.

Uma parte da controvérsia sobre paradigmas clássicos e contemporâneos passa pelo problema da historicidade da realidade social. Entre os contemporâneos são frequentes as propostas teóricas que simplesmente abandonam ou empobrecem a perspectiva histórica. Como se fosse possível eliminar das relações, processos e estruturas, de dominação e apropriação, os seus movimentos e as suas tensões. Como se a realidade social pudesse sempre resolver as suas diversidades, desigualdades e antagonismos no âmbito das configurações sincrônicas. Como se o real não estivesse essencialmente atravessado pela relação de negatividade. Daí a imagem abstrata, rarefeita, cerebrina, que transparece em estudos como os do estrutural-funcionalismo de Parsons. “A idéia-chave dessa teoria, como o leitor deve estar lembrado, é o ponto de vista de que para toda sociedade existe certo número limitado de atividades necessárias, ou ‘funções’, tais como a obtenção de alimento, o adestramento da próxima geração, etc. e um número igualmente limitado de ‘estruturas’, ou maneiras pelas quais a sociedade pode ser organizada para realizar essas funções. Em essência, a teoria estrutural-funcionalista busca os elementos básicos da sociedade humana, abstraída de tempo e lugar, junto com as regras de combinação desses elementos. Dá a impressão de procurar algo na sociedade humana correspondente à tábua periódica dos elementos na química”(22).

Esse é um ponto essencial no debate sobre aspectos ontológicos e epistemológicos da sociologia. Trata-se de aperfeiçoar e desenvolver a teoria sociológica, sem perder a dimensão histórica da realidade social. A influência de paradigmas emprestados das ciências físicas e naturais tem levado certos sociólogos a uma espécie de pasteurização da realidade social, o que evidentemente se

22) Barrington Moore Jr., *Political Power and Social Theory* (Seven Studies), Harper & Row Publishers, New York, 1962, pp. 125-126; citação do cap. 4, intitulado “Strategy in Social Science”. Este livro está traduzido: *Poder Político e Teoria Social*, trad. Octavio Mendes Cajado, Editora Cultrix, São Paulo, 1972, pp. 107-108. Consultar também: C. Wright Mills, *The Sociological Imagination*, Oxford University Press, New York, 1959, esp. cap. 8, intitulado “Uses of History”; *A Imaginação Sociológica*, tradução de Waltensir Dutra, 4a. edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

empresa no conceito, na interpretação. “No presente a sociologia está dominada por uma espécie de abstração, dando a impressão de que lida com objetos isolados, em estado de repouso. Mesmo o conceito de mudança social é frequentemente usado como se referido a um estado fixo. Pode-se dizer que se é forçado a ver o estado de repouso como normal; e o movimento como um caso especial”(23).

O declínio da perspectiva histórica é algo relativamente generalizado na sociologia e no pensamento social contemporâneos. Um processo que já se havia manifestado incipiente no positivismo de Comte, bem como na economia política vulgar, acentua-se posteriormente e parece expandir-se bastante nos tempos atuais. “Um crescente ‘cansaço da história’ caracteriza, ao menos no Ocidente, a segunda metade do século XX. As técnicas de pesquisa da ciência social atual, extremamente refinadas, e orientadas em um sentido quantitativo, deslocam cada vez mais o pensamento histórico do lugar que ocupava no âmbito da Ilustração e do idealismo alemão, em Dilthey, nas tradicionais ciências do espírito, na filosofia da vida e também na filosofia da existência”(24).

Aos poucos, as tecnologias da pesquisa, matemáticas informáticas, invadem o objeto e o método da sociologia. A modernização da atividade científica, com base na institucionalização, burocratização, industrialização, formação de equipes numerosas de *seniors* e *juniors*, trabalhando com equipamentos eletrônicos, informáticos matemáticos, provoca alterações na definição do objeto e das condições lógicas e teóricas da interpretação. “A desintegração das ciências humanas tem a sua origem, no fundo, em uma ilusão perseguida com metódica obsessão, que consiste em crer na possibilidade de fugir, do contexto consciente da história humana e das suas sempre renovadas decisões valorativas e de poder, para a ahistoricidade das fórmulas matemáticas”(25).

23) Norbert Elias, *What is Sociology?*, tradução de Stephen Mennell e Grace Morrissey, com prefácio de Reinhard Bendix, Hutchinson & Co. Publishers, Londres, 1978, p. 115.

24) Alfred Schmidt, *História y Estructura*, tradução de Gustavo Muñoz, Alberto Corazon Editor, Madrid, 1973, p. 13.

25) Herbert Luthy, conforme citação de Alfred Schmith, *História y Estructura*, citado, pp. 13-14.

Aqui cabe lembrar o que já havia sido posto por Hegel e retomado várias vezes posteriormente, nas controvérsias sobre quantidade e qualidade. A indução quantitativa não participa do objeto, não faz parte dele, é exterior. Apanha estruturas externas ao ser social. “Em outras palavras, a verdade acerca de objetos matemáticos existe fora deles, no sujeito do conhecimento. Esses objetos, portanto, são, em sentido estrito, não-verdadeiros, entidades inessenciais externas”(26).

São vários os problemas epistemológicos que precisariam ser melhor examinados, se quiséssemos esclarecer mais a controvérsia sobre a crise de paradigmas na sociologia. Além dos já analisados, em forma breve, cabe lembrar o da relação sujeito-objeto do conhecimento. Na sociologia, essa é sempre uma relação complexa, com sérias implicações quanto ao objeto e método. As diversas perspectivas teóricas mostram que a relação sujeito-objeto nem sempre se resolve numa tranquila relação de exterioridade, como se o real e o pensado se mantivessem incólumes. Essa é uma hipótese do positivismo e está presente no funcionalismo, estruturalismo, estrutural-funcionalismo e outras teorias. Mas a sociologia inspirada na fenomenologia sempre carrega a hipótese da cumplicidade. A redução fenomenológica e a hermenêutica tendem a tornar ambos cúmplices do conhecido, objeto e sujeito. Ao passo que a sociologia de inspiração dialética, se pensamos em Marx, Lukacs, Gramsci e alguns outros, leva à hipótese da dependência mútua, da reciprocidade. O sujeito e o objeto constituem-se simultânea, reciprocamente. A reflexão científica pode corresponder a um momento fundamental da constituição do real. Enquanto não se constitui como categoria, concreto pensado, pleno de determinações, o real está no limbo.

26) Herbert Marcuse, *Reason and Revolution* (Hegel and the Rise of Social Theory), Beacon Press, Boston, 1960, p. 98; *Razão e Revolução*, tradução de Marília Barroso, 2a. edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978, pp. 101-102. Consultar também: Karl Mannheim, *Essays on Sociology and Social Psychology*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1953, cap. IV, “American Sociology”, Herbert Blumer, “Sociological Analysis and the “Variable”, *American Sociological Review*, vol. 21, nº 6, Los Angeles, december 1956.

Recebi do **Sector de Publicações do IFCH/UNICAMP**
a publicação abaixo:

Nome da publicação	nº do volume

Nome: _____

Endereço: _____

Data: / /

Assinatura: _____

Agradecemos o envio deste cartão o mais rápido possível.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13.081 - CAMPINAS - SÃO PAULO - BRASIL

São vários os momentos lógicos da reflexão sociológica, se pensamos em termos de aparência e essência, parte e todo, singular e universal, qualidade e quantidade, sincrônico e diacrônico, histórico e lógico, passado e presente, sujeito e objeto, teoria e prática. Mas as teorias não os mobilizam sempre nos mesmos termos, de modo similar, homogêneo. Aliás, as teorias distinguem-se, entre outros aspectos, precisamente porque conferem ênfase diversas aos momentos lógicos da reflexão. Há conceitos sociológicos que são comuns a várias teorias. Às vezes o objeto é concebido de maneira semelhante. Mas a interpretação pode não ser precisamente a mesma. E quando a interpretação se revela diversa, logo se constata que a importância relativa dos momentos lógicos da reflexão não é exatamente a mesma. Nesse sentido é que as teorias podem ser mais ou menos distintas, distantes ou opostas.

Entretanto, a multiplicidade das teorias não implica, necessariamente, na multiplicidade de epistemologias. É possível supor que dada epistemologia pode fundamentar diferentes propostas teóricas. Aliás, quando buscamos os princípios epistemológicos em que se fundam as teorias, verificamos que dada epistemologia parece fundamentar diversas teorias. Nesse sentido é que Elster sugere que existem basicamente “três tipos principais de explicação científica: a *causal*, a *funcionalista* e a *intencional*”(27). São os paradigmas, ou princípios, que sintetizam as possibilidades de explicação científica. Afirma que a abordagem causal é comum a todas as ciências, naturais e sociais. Mas diz que a explicação funcionalista não tem cabimento nas ciências sociais. Baseia-se em uma analogia equívoca, retirada da biologia. E acrescenta que nas ciências sociais as explicações podem ser baseadas na “causalidade intencional”, com variações, conforme se trata de processos internos aos indivíduos ou processos relativos à interação entre indivíduos. “As ciências sociais usam extensamente a análise intencional, no nível das ações individuais. A análise funcionalista, entretanto, não tem lugar nas ciências sociais porque não existe analogia sociológica à teoria da

27) Jon Elster, “Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos”, tradução de Regis de Castro Andrade, publicado em *Lua Nova*, nº 17, São Paulo, 1989, pp. 163-204; citação da p. 181.

seleção natural. O paradigma adequado para as ciências sociais é uma explicação causal - intencional mista - *compreensão intencional das ações individuais e explicação causal de suas interações*” (28).

Podemos discordar de alguns aspectos da “filosofia da ciência” ou “paradigma”, que Elster está propondo para as ciências sociais. Mas não há dúvida de que ele põe o problema básico: alguns paradigmas fundamentam múltiplas teorias.

As teorias sociológicas do passado e presente organizam-se, em última instância, com base em princípios explicativos fundamentais. É verdade que há variações, convergências, nuances, divergências. Mas predominam alguns princípios, constituindo os fundamentos dos paradigmas conhecidos na sociologia.

Uma relação das teorias sociológicas, passadas e presentes, naturalmente incluiria evolucionismo, positivismo, funcionalismo, marxismo, compreensivo ou típico ideal, hiper-empirismo dialético, neo-funcionalismo, estruturalismos, estrutural-funcionalismo, teoria da troca, teoria do conflito, interacionismo simbólico, fenomenologia, etnometodologia, hermenêutica, sociologia da ação social ou acionalista, teoria do campo sociológico, teoria da estruturação, sociologia sistêmica, individualismo metodológico, teoria crítica da sociedade e outras. São teorias distintas ou aparentadas. Dialogam entre si, mas também se opõem e contrapõem. Implicam em diferentes noções do objeto, apesar do acordo mais ou menos geral sobre o que é o social. Baseiam-se em diferentes métodos de interpretação, envolvendo a explicação, a compreensão, a explicação compreensiva. Lidam com os momentos lógicos da reflexão de forma peculiar, priorizando uns em lugar de outros. Certas teorias possuem cunho histórico, ao passo que outras focalizam a realidade em termos supra-históricos. E há as que se mostram simplesmente históricas. Também a relação sujeito-objeto é diferenciada, polarizando-se em três modalidades principais: exterioridade, cumplicidade e reciprocidade.

28) Jon Elster, *op. cit.*, p. 181. O mesmo problema está examinado por Jon Elster, *Ulysses and the Sirens* (Studies in Rationality and Irrationality), Cambridge University Press, Cambridge, 1979.

Mas é possível dizer que as teorias sociológicas do passado e presente organizam-se, em última instância, com base em princípios explicativos tais como os seguintes: evolução, causação funcional, estrutura significativa, redução fenomenológica, conexão de sentido e contradição. Neste ponto é que a controvérsia sobre os paradigmas precisaria demorar-se mais. Aí o debate sobre a crise de paradigmas na sociologia tem muito a realizar, se quer elucidar os fundamentos da questão.

Note-se que a noção de paradigma compreende uma teoria básica, uma fórmula epistemológica geral, um modo coerente de interpretar ou um princípio explicativo fundamental. Envolve requisitos epistemológicos e ontológicos, caracterizando uma perspectiva interpretativa, explicativa ou compreensiva, articulada, internamente consistente. Na linguagem da sociologia, um paradigma compreende a articulação dos momentos lógicos essenciais da reflexão: aparência e essência, parte e todo, singular e universal, sincrônico e diacrônico, quantidade e qualidade, histórico e lógico, passado e presente, sujeito e objeto, teoria e prática. Momentos lógicos esses que se traduzem interpretativamente evolução, causação funcional, estrutura significativa, redução fenomenológica, conexão de sentido e contradição.

É claro que essa noção de paradigma deixa de lado a acepção sociológica, ou melhor, sociológica, que privilegia o conjunto de hábitos comuns aos que se dedicam ao ensino e pesquisa, as codificações estabelecidas em manuais, os laços institucionais e o jargão próprio de cada grupo de sociólogos reunidos em centros, institutos, departamentos ou outros lugares. Naturalmente esta acepção apresenta algum interesse, se queremos conhecer as condições sociais, políticas, ideológicas, institucionais, materiais e técnicas de produção e reprodução do conhecimento científico. Mas não é suficiente, se queremos elucidar questões relativas ao objeto e método da sociologia(29).

29) Margareth Masterman, "A Natureza do Paradigma", em Imre Lakatos e Alan Musgrave (Organizadores), *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, trad. de Octavio Mendes Cajado, Editora Cultrix, São Paulo, 1979, pp. 72-108; Barry Barnes, *T.S. Khun y las Ciencias Sociales*,

Vejamos alguns exemplos, nos quais se podem clarificar um pouco mais as relações entre teoria e paradigma.

Merton dedica-se bastante ao funcionalismo e pode ser considerado o principal teórico do que poderíamos denominar neo-funcionalismo. Está preocupado com o paradigma, enquanto codificação da teoria, dos requisitos fundamentais da explicação sociológica. Propõe “um paradigma para a análise funcional na sociologia”(30). Essa é uma contribuição importante, na qual conceitos e procedimentos lógicos são precisados, aprimorados. É inegável a contribuição de Merton para a teoria. Entretanto, cabe perguntar se a sua teoria funcionalista inaugura propriamente um paradigma, ou apenas dá continuidade e inova outro já disponível. Haveria diferenças essenciais entre os paradigmas de Merton e Durkheim ou seriam complementares? Em outros termos, há principalmente continuidades entre *As regras do método sociológico* de Durkheim e “Funções manifestas e latentes” do livro *Teoria social e estrutura social* de Merton. São muito fortes as evidências de que Merton efetivamente repõe, retoma e desenvolve, em outra linguagem, o paradigma formulado por Durkheim. Se falarmos em teorias, supondo que Merton e Durkheim são autores de duas teorias sociológicas, podemos admitir que ambas inspiram-se no mesmo princípio explicativo, de causação funcional. A despeito do seu empenho em formalizar um paradigma neo-funcionalista, parece evidente que reitera o princípio de causação funcional codificado por Durkheim. Princípio este que já havia sido retomado por Malinowski, Radcliffe-Brown e outros. Naturalmente realiza contribuições da maior importância, quando elabora as noções de função manifesta e função latente; quando se empenha em demonstrar que o funcionalismo não implica, necessariamente, em uma visão conservadora

29) (cont.) trad. de Roberto Helier, Fondo de Cultura Económica, México, 1986; Irineu Ribeiro dos Santos, *Os Fundamentos Sociais da Ciência*, Editora Polis, São Paulo, 1979; Raymond Boudon, *Effets Pervers et Ordre Social*, Presses Universitaires de France, Paris, 1977, esp. cap. VII, intitulado “Déterminismes Sociaux et Liberté individuelle”.

30) Robert K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, citado, esp. cap. I; e, do mesmo autor, *On Theoretical Sociology*, citado, esp. cap. II.

da realidade social. Mas nem muda nem corrige, apenas aperfeiçoa, o paradigma codificado anteriormente por Durkheim em seus estudos metodológicos e em suas monografias. Um paradigma com muita influência no pensamento sociológico, presente em várias teorias sociológicas contemporâneas(31).

Um raciocínio semelhante pode ser feito a propósito de Gramsci, no contraponto com Marx. É claro que aí também há invenções a considerar. A linguagem de Gramsci é outra. Contém menos economia política, outra história. Gramsci elabora as categorias de hegemonia, bloco de poder, intelectual orgânico e outras. É o autor de uma teoria razoavelmente articulada, consistente, compreendendo também classes subalternas, guerra de posição e guerra de movimento, Ocidente e Oriente. Em uma comparação com a de Marx, fica logo evidente que são duas, com semelhanças e diferenças. Entretanto, o paradigma é em essência o mesmo. Ambas as teorias apoiam-se no princípio da contradição, que funda um paradigma(32).

Aliás, cabe reconhecer que há diálogos, implícitos e explícitos, entre representantes de diferentes paradigmas. Indicam problemas metodológicos merecedores de atenção. Permitiriam ilações. Ao analisar a divisão do trabalho social, como um processo relativo ao conjunto da sociedade, compreendendo aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, Durkheim leva a noção de anomia bastante próxima da de alienação, formulada por Marx. O próprio conceito durkheimiano de divisão do trabalho, por suas especificidades e abrangências, lida com problemas que também haviam atraído a atenção de Marx, quando se referia às dimensões singulares, particulares e gerais desse processo social abrangente, de alcance

31) Florestan Fernandes, *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959, esp. parte III, "O Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia"; Alvin W. Gouldner, *The Coming Crisis of Western Sociology*, Basic Book Publishers, New York, 1970.

32) Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci*, L & PM Editores, Porto Alegre, 1981; Maria-Antonietta Macciocchi, *A Favor de Gramsci*, trad. de Angelina Peralva, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

histórico. Também Weber e Marx encontram-se algumas vezes. Conforme sugere o próprio Weber, “todas as leis e construções do desenvolvimento histórico especificamente marxistas possuem um caráter de tipo ideal, na medida em que sejam teoricamente corretas”(33). O diálogo continua. Na sociologia contemporânea, os mesmos Weber e Marx, passando por Lukacs, são indispensáveis, se queremos compreender algumas das teses básicas da teoria crítica da sociedade, formuladas por Horkheimer, Adorno e Marcuse.

O problema pode ser colocado assim: as teorias sociológicas contemporâneas lidam com alguns princípios explicativos fundamentais, comuns. Estes têm sido elaborados por sociólogos, cientistas sociais e filósofos, na época dos clássicos, na transição do século e contemporaneamente. As teorias multiplicam-se. Há contínuas criações, quanto ao objeto e método, conceitos e interpretações, temas e linguagens. Em certos casos ocorre a reiteração de princípios explicativos, aperfeiçoados ou não; ao passo que em outros verifica-se algo de novo, a invenção paradigmática.

Vista assim, em alguns dos seus aspectos relevantes, a controvérsia sobre paradigmas, bem como teorias e paradigmas, ajuda a explicitar determinadas singularidades da sociologia, como ciência social. São singularidades do maior interesse, por suas implicações epistemológicas e ontológicas. Vejamos quais são, em modo breve.

Primeiro, a sociologia pode ser considerada uma ciência que se pensa criticamente, todo o tempo. O sociólogo tanto produz interpretações substantivas como assume e desenvolve as suas contribuições, dúvidas, polêmicas. Há um debate metodológico frequente não só nas entrelinhas e notas, mas também em escritos básicos de sociólogos das mais diversas tendências, passados e contemporâneos. Em boa medida, as polêmicas sustentadas por Marx, Durkheim, Weber, Lukacs, Gramsci, Wright Mills, Gouldner, Barlington Moore Jr., Gurvitch, Merton, Adorno, Popper, Habermas e

33) Max Weber, “A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais”, publicado por Gabriel Cohn (Organizador), *Weber*, trad. de Amélia Cohn e Gabriel Cohn, Editora Ática, São Paulo, 1979, pp. 79-127, citação da p. 118.

e outros têm algo ou muito a ver com o marxismo. E retomam ou iniciam discussões da maior importância sobre o objeto e o método da sociologia.

Segundo, cabe reconhecer que o objeto da sociologia é a realidade social em movimento, formação e transformação. Essa realidade é alheia e interna à reflexão. O objeto e o sujeito do conhecimento distinguem-se e confundem-se. Há todo um complexo exorcismo em toda interpretação, explicação ou compreensão dessa realidade. Ela é um ser do qual o sujeito participa, em alguma medida, pelo universo de práticas, valores, ideais, fantasias. Simultaneamente, é um ser em movimento, modificação, devir, revolução. Desafia todo o tempo o pensamento, como algo conhecido e incógnito, transparente e opaco. Estava no passado e está no presente, mesmo e diferente.

Terceiro, a sociologia é uma forma de auto-consciência científica da realidade social. Tem raízes nos impasses, problemas, lutas e ilusões que desafiam os indivíduos, grupos, classes, movimentos, partidos, setores, regiões e a sociedade como um todo. É claro que as fórmulas dos sociólogos são individuais. Há aqueles que reconhecem alguma, ou muita, relação entre as suas reflexões e o jogo das forças sociais, grupos, classes, etc. Toda produção sociológica aparece identificada com um nome, autor, escola, instituição, centro, instituto. Mas a sociologia do conhecimento já avançou o suficiente para revelar, a uns e outros, que o pensamento sociológico guarda uma relação complexa e essencial com as condições de existência social, ou configurações sociais de vida, de setores, grupos, classes ou a sociedade como um todo. E quando se torna possível reunir produções sociológicas de orientação teórica semelhante, logo resulta a idéia de estilo de pensamento, ou visão do mundo.

Quarto, o desafio permanente e reiterado diz respeito à relação entre ciência e arte, teoria e prática, conhecimento e poder ou teoria e prática. O pensamento sociológico clássico, da passagem do século e contemporâneo, sempre tem algo a ver com a prática, tanto em sua origem como em seu destino. Daí o longo debate sobre a busca da isenção, neutralidade, distanciamento ou vocação da sociologia. Esse é um desafio permanente na história do pensamento sociológico. Está no centro da polêmica contemporânea simbolizada

nos escritos de Adorno e Popper. “A controvérsia que divide hoje positivistas e dialéticos refere-se, sobretudo em seu núcleo, às finalidades práticas do estudo, a seus respectivos interesses em modificar a realidade social, que é o que orienta os seus trabalhos teóricos e o que determina, no fundo, as suas metodologias diferentes”(34).

Quinto, na sociologia o sujeito do conhecimento é individual e coletivo. O sociólogo naturalmente dispõe de todas as condições para estabelecer o seu objeto de estudo. É evidente o estilo pessoal do autor no escrito, na interpretação. Mas uma leitura mais atenta logo indicará o diálogo, o engajamento, a reciprocidade, implícita ou explicitamente, do autor com este ou aquele setor social, grupo, instituição, classe, movimento, partido, corrente de opinião pública, sociedade. São frequentes as obras de sociologia que expressam um autor e uma configuração, um eu e um nós, um sujeito simultaneamente individual e coletivo do conhecimento. É daí que nasce o *pathos* de algumas obras fundamentais da sociologia.

34) Horst Baier, “Tecnologia social o liberación social? La polemica entre positivistas y dialecticos sobre la mision de la Sociologia”, em Bernhard Schafers (editor), *Critica de la Sociologia*, tradução de Miguel Mascialino, Monte Avila Editores, Caracas, 1969, pp. 9-29; citação da p. 12.

